



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Nº 2993/2024**

Aos vinte seis dias do mês de junho de dois mil e vinte quatro, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, sob a presidência de **GERMANO BREMM, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS**, e na presença dos:

**CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS:**

Denise Pacheco Till Campos (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (2ª Suplente), **Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus**; Ivan José da Silva (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Fernanda Brito da Silveira (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDET**; Glauber Douglas do Nascimento Mello (Titular), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**; e Rafael Lorscheitter (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**.

**CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:**

Jussara Kalil Pires (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Fernando Campos Costa (Titular), **Amigos da Terra**; Ricardo Vellinho Ruschel (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Paulo Bins Ely (Titular), **CRECI**; Diogo Ferreira Schiaffino (Titular), **SERGS**; Jorge Larre Lopes (Titular), **STICC**; Ana Cláudia Narvaez Bestetti (Titular), **Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre – CDL-POA**; Antônio Carlos Zago (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Daniela Beling Pinheiro (Titular), **OAB-RS**.

**CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:**

Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Vanessa Silva Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

30 Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Paulo  
31 Eduardo Francisco Gadea (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**;  
32 Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP.**  
33 **5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP.**  
34 **6**; Cacilda Correa S. Chaves (1ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP.**  
35 **7**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da**  
36 **Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA.**

37 **SECRETARIA EXECUTIVA:**

38 Gabriela Brasil, **Secretária Executiva da SMAMUS**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa/Tachys**  
39 **Graphen.**

40 **PAUTA:**

- 41 **1. Abertura;**
- 42 **2. Comunicações;**
- 43 **3. Votação de atas;**
- 44 **4. Ordem do Dia;**
- 45 **5. Assuntos Gerais.**

46 Após a conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, às 18h07min.

47 **1. ABERTURA;**

48 **Germano Bremm (Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**  
49 **Sustentabilidade – SMAMUS):** Conselheiras, Conselheiros, estamos com 18h07 minutos.  
50 Temos *quorum*. Declaro, então, oficialmente, aberta a nossa reunião ordinária do Conselho  
51 Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalho a  
52 todos. E vou fazer rapidamente aqui a chamada dos presentes. Se faltar alguém, por favor, faça  
53 a indicação no chat pra gente registrar a presença. Lembrando, né, que nós transmitimos as  
54 nossas reuniões no canal da SMAMUS no YouTube, ao vivo. Então, eventualmente se alguém  
55 da comunidade quiser acompanhar a nossa pauta, só mandar o link, né, do canal da SMAMUS  
56 do YouTube para poder acompanhar aí as nossas discussões. [Relação dos presentes na  
57 inicial]. Consulto aos Conselheiros se alguém gostaria de fazer uso do período de  
58 comunicação. Lembrando, né, a nossa comunicação, conforme prevê o regimento, para



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

59 assuntos gerais, sempre no início das nossas reuniões, antes de propriamente a gente entrar na  
60 pauta do dia. E sendo de livre as falas, inscrição neste momento, até que a gente inicie a  
61 primeira fala, né? Depois encerramos as inscrições e evoluímos para a pauta. É importante a  
62 gente lembrar esse ponto, porque temos alguns conselheiros novos que eventualmente têm  
63 pedido para fazer a inscrição pra falar no transcurso do período de comunicação. E a gente  
64 entendeu isso, né, em outras oportunidades, discutindo com o Conselho, regimentalmente  
65 aprovar esse período de inscrição, antes de, efetivamente, a gente iniciar as falas, porque não  
66 acontecia, né? Em outras oportunidades, alguém falava alguma coisa, o outro se escrevia para  
67 falar pra responder, o outro se escrevia pra responder, no fim, a gente passava toda a nossa  
68 reunião na comunicação. Então, a inscrição para o período de comunicação é, neste momento,  
69 prévia, né? E o encerramento do período de inscrição é antes do primeiro conselheiro iniciar a  
70 fala. Então, temos Conselheiro Felisberto inscrito, Conselheiro Zago, Conselheiro Jackson e o  
71 Conselheiro Fernando. Mais algum conselheiro gostaria de fazer uso do período de  
72 comunicação? O Conselheiro Gomes. Nesse sentido, então, encerramos as inscrições para o  
73 período de comunicação. Por favor, registra ali no nosso chat, Gabriela. E a gente evolui pra  
74 primeira fala, para o período de 3 minutos. Conselheiro Felisberto.

75 **2. COMUNICAÇÕES;**

76 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:**  
77 Presidente, eu estou me deslocando para a Secretaria, se o senhor puder me deixar para o fim  
78 eu agradeço. Peço a compreensão. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio**  
79 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Perfeito, Conselheiro. Vamos, então,  
80 inverter aqui a posição. E oportunizo a fala para o Conselheiro Zago. **Antônio Carlos Zago**  
81 **(2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a  
82 todos, boa noite, Secretário. É mais assim, sobre o escritório de reconstrução, acho que é uma  
83 iniciativa muito importante. Vai cumprir um papel importantíssimo na reconstrução da cidade.  
84 A velocidade efetiva dessas ações vai determinar a velocidade em que nossa cidade poderá se  
85 recuperar. Eu fiquei bastante impressionado com o levantamento, o dado que foi fornecido  
86 pela Prefeitura, cerca de 20 mil domicílios que poderiam ser considerados de interesse social  
87 foram afetados e precisam ser recompostos, através de uma ação efetiva dos governos



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

88 municipal, estadual e federal. A resposta para esta demanda ela passa necessariamente também  
89 pelas questões administrativas da Prefeitura, no que diz respeito à aprovação de projetos. Sei  
90 que nesse sentido já existem algumas ações efetivas no município. E acho que a efetivação  
91 então desses novos programas, desses novos empreendimentos, né, precisa de uma ação rápida  
92 da Prefeitura. Não estou cobrando nada, estou só assim fazendo um raciocínio que nós  
93 precisamos pra ontem tudo isso aí. Eu acho que assim, precisaria de uma ação efetiva junto à  
94 Câmara, junto ao Ministério Público, junto à Caixa Econômica Federal, junto aos empresários,  
95 enfim, para que isso possa ser consolidado e possa de fato acontecer. Além de prestar o  
96 socorro a essas pessoas, que eu acho que é a principal motivação de todo esse movimento,  
97 também é estimado que cerca de 5 bilhões sejam de investimentos, entrem na economia do  
98 Município e do Estado. E isso por si só já é também uma coisa muito importante para  
99 alavancar a reconstrução do nosso Estado. Então, basicamente, é isso, parabéns pela iniciativa.  
100 Na semana passada foi feita uma exposição, depois eu participei de uma reunião junto com às  
101 técnicas da Prefeitura, que eu pude compreender um pouco melhor. Depois, fui estudando  
102 mais a respeito dessa questão do escritório de reconstrução e é super louvável essa iniciativa  
103 do governo. Parabéns a todos que estão envolvidos. Obrigado, Secretário. **Germano Bremm,**  
104 **Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:**  
105 Obrigado, Conselheiro Zago, pela contribuição, sempre dedicado aí à cidade. Estamos gratos.  
106 E na sequência, a gente tem inscrito o Conselheiro Jackson. **Jackson Roberto Santa Helena**  
107 **de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP 3:** Boa noite a todos e  
108 todas, colegas, Presidente, Secretária. Eu queria trazer um questionamento, Secretário, porque  
109 a gente tá muito preocupado, na região do Sarandi, que é uma região super afetada e a qual eu  
110 represento, essa questão desse dessassoreamento e dragagem do rio Guaíba. Temos alguma  
111 notícia positiva com relação a isso? Tem alguma previsão? Que tá se formando verdadeiros  
112 bancos de areia e ilhas dentro do Guaíba e existe uma movimentação nesse sentido, por parte  
113 da nossa municipalidade, visando resolver essa questão, Secretário? Era essa a minha a minha  
114 colocação. Tá nos preocupando muito, eu estou sendo muito cobrado com relação a esse tipo  
115 de coisa. **Germano Bremm (Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**  
116 **Sustentabilidade – SMAMUS):** Obrigado, Conselheiro Jackson, pela sua contribuição. Na



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

117 sequência já respondo, vou ouvir primeiro todos os Conselheiros e aí faço as conclusões  
118 depois. Conselheiro Fernando. **Fernando Campos Costa (Titular), Amigos da Terra:** Boa  
119 noite a todas e todos. Eu queria começar falando um pouco, seguindo, dando continuidade a  
120 algumas coisas que a gente vem falando a algum tempo. Então, primeiro, sigo acreditando  
121 importante a volta da reunião presencial deste Conselho, né. Acho que é muito diferente e a  
122 relação do público com a participação é plena a partir desse modelo da reunião. Então, eu acho  
123 que a gente perde muito, perde muito nessa questão da governança e da participação do  
124 Conselho. E a gente segue insistindo que é importante essa reunião, que seja presencial, né? E  
125 isso não impede que a transmissão ao vivo e não impede a participação remota, caso de  
126 necessidade, mas a prioridade é que a reunião do Conselho exista presencialmente. Segundo  
127 ponto, eu queria trazer a situação, que na última reunião a gente solicitou que fossem trazidas  
128 as informações da situação da cidade em relação à segurança da cidade, a segurança em  
129 relação à continuidade dos processos de enchentes e como que as questões de proteção da  
130 cidade estavam se dando. Os Conselheiros precisavam ter informações e que solicitam esse  
131 nível de informação. E o que desse processo, em cima das questões que a gente observa, tanto  
132 da mancha de alagamento, quanto dos riscos de deslizamentos, o que estava se colocando  
133 agora na Prefeitura como precauções, pra que a gente não siga dizendo que foi uma fatalidade,  
134 né? Então, os fatos consumados e a ideia, a situação constatada e não feita. Então, na reunião  
135 passada a gente teve uma situação aonde a ampliação, regularização e ampliação do Hospital  
136 Divina contava com áreas de risco em cima da área do hospital e nós não temos nenhum  
137 estudo sobre isso. Então, a gente fez uma solicitação formal pro Conselho, solicitando um  
138 estudo específico em relação a essa área, para que se tenha essa precaução de saber qual é o  
139 real risco que tá colocado ali e o que precisa ser feito de obras de infraestrutura, drenagem,  
140 saneamento, estradas, o que precisa ser feito para retirar esse risco da área do hospital e  
141 colocando isso como uma previsão em todos os projetos que a gente tem, onde tem esse  
142 atento a esse mapa de risco especificamente geológico que a gente tem, né? Então, a gente não  
143 pode dizer que a gente não sabia, a gente não pode contar. Então, uma das solicitações que a  
144 gente faz é essa, que tenha esse cuidado e que todo planejamento tenha isso. E que a gente  
145 precisa neste Conselho discutir a cidade de forma ampla e não simplesmente seguir aprovando



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

146 projeto especial, que é uma demanda puramente empresarial e a gente precisa ampliar a  
147 participação no planejamento urbano e o pensar a cidade segura. Então, a gente reivindica  
148 neste espaço que o Conselho se debruce um tempo qualificado para essas reflexões sobre  
149 como a cidade vai se preparar para enfrentar situações das mudanças climáticas, da emergência  
150 climática e dessas catástrofes que estão acontecendo, sem que seja não avisado. **Germano**  
151 **Bremm (Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**  
152 **SMAMUS):** Obrigado, Conselheiro Fernando, pela sua contribuição. Temos na sequência o  
153 Conselheiro Gomes inscrito. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**  
154 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Conselheiros, Presidente. Eu queria me manifestar  
155 também aí, quanto à criação desse escritório de reconstrução. Eu também vejo assim, numa  
156 grande importância do concentrar esforço, expertise técnica e tal, viabilizando, tentando  
157 viabilizar, promover, acelerar esse processo de recuperação dessas partes da cidade.  
158 Presidente, eu acho muito importante que o Conselho do Plano Diretor, nós, tenha uma  
159 participação mais efetiva e mais objetiva também nesse movimento de reconstrução. Talvez  
160 alguma discussão até bem específica, entrando nos aspectos assim de licenciamento, de  
161 legislação, de entraves que a gente encontra hoje na aprovação dos projetos de interesse social,  
162 principalmente. Agora, nós temos uma demanda enorme que aumentou aí dos projetos de  
163 interesse social, de habitação de interesse social, né? Eu tô acompanhando algumas situações e  
164 a gente sempre teve algumas travas históricas, dificuldades, como é o caso de como usar  
165 melhor os termos de conversão de área pública, por exemplo, de gerir esses valores  
166 diretamente para contribuir uma saída, digamos assim, dessa crise, né. Eu hoje vou relatar,  
167 fazer um relato de vista de um projeto, que eu já vou dar uma sugestão bem concreta e  
168 objetiva de como trabalhar de repente esses termos a favor da situação que nós estamos  
169 enfrentando, de resolver problemas que nós estamos enfrentando. Mas eu deixo aí depois pra  
170 falar quando for fazer o relato de vista desse processo aí, propriamente dito. Mas é isso. Meus  
171 parabéns também pela iniciativa do governo, pelo Presidente Germano, que vai dirigir esse  
172 trabalho também, né? Conte com a gente, como sempre contou, Presidente Germano.  
173 Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**  
174 **Sustentabilidade – Smamus:** Perfeito. Obrigado, Conselheiro Gomes, pela contribuição.



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

175 Último inscrito, temos, na sala presencial do Conselho, o Conselheiro Felisberto. **Felisberto**  
176 **Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro, boa  
177 noite a todos e todas, Conselheiros, Secretário. Estou aqui na sede da Secretaria, na sala do  
178 Conselho. E fiz questão de vir aqui em respeito a este Conselho. E quero fazer coro, acho que  
179 as reuniões devem voltar a ser presidenciais, ainda mais nesse momento em que nós estamos  
180 em um momento de reconstrução e regeneração da cidade, né? Para minha surpresa, hoje estava  
181 na Câmara de Vereadores, o projeto para a instalação do tal escritório de reconstrução e  
182 adaptação climática, sem nenhuma discussão com o Conselho, sem nenhum fornecimento de  
183 dados, sem nenhuma discussão com as regiões de planejamento, sem ouvir os atingidos. Então,  
184 parece que a lógica continua a mesma, né? Então, se nós não mudarmos essa lógica, nós não  
185 vamos resolver os problemas das cidades, nós vamos agravar os problemas da cidade. Porque  
186 houve toda uma destruição, vamos dizer assim, eu uso o termo destruição, porque foi abalada  
187 toda a infraestrutura da cidade. Então, nós precisamos ter estudos sérios sobre isso. Não  
188 adianta dizer que tem 20.000 imóveis atingidos. Isso é um dado. Aonde está provado isso?  
189 Com quem conversou? Quem forneceu os dados? Conversaram nas regiões? No Centro  
190 Histórico não se sabe, porque passou um mês largado o Centro Histórico. Estou dando um  
191 exemplo. O Menino Deus a mesma coisa, há pessoas que não conseguiram ainda se cadastrar  
192 para receber os recursos do Governo Federal, né? Então, nós temos que ter um cuidado para  
193 que nós não façamos uma cidade para quem já sempre usufruiu desta cidade. E não façamos  
194 uma segregação maior do que já existe, né? Então, eu quero colocar, como conselheiro eleito,  
195 eu sempre fiz questão de dizer que sou eleito, porque é importante isso, não um conselheiro  
196 indicado por alguém, um conselheiro eleito numa votação e a população participou e ficou até  
197 meia-noite, porque foi um momento histórico para a região, para a RGP.1, que coloca neste  
198 conselheiro muita responsabilidade. E eu como conselheiro desta cidade, eu quero ter um  
199 cuidado com a cidade, não só com a minha região. Estive no Humaitá/Farrapos e vi todo o  
200 quadro de destruição. Qual o projeto que tem para as pessoas? Conversaram com as pessoas?  
201 Foram lá fazer um levantamento? Várias associações foram atingidas e que estão se  
202 recuperando com a ajuda, as Ilhas foram atingidas. Qual o estudo que foi feito? Aonde está o  
203 levantamento, né? Nós agora, daqui a alguns minutos, vamos estar discutindo o Divina



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

204 Providência e o Fernando colocou muito bem. Qual o estudo depois dessa chuvarada? E agora  
205 eu vi que teve uma região que teve um buraco surgido e é uma é uma região que até vou  
206 procurar depois da minha fala, eu quero colocar também, porque houve em frente da PUC  
207 também um problema. Então, nós precisamos analisar e eu acho que é momento da gente e os  
208 técnicos, eu sou advogado, eu não sou técnico, mas nesses 4 anos eu aprendi muito isso. A  
209 gente precisa ter um levantamento técnico, certo? Temos que ter laudo. Qual o estudo  
210 geológico das áreas que foram atingidas, inundadas e que ficaram submersas? Desculpe se me  
211 alonguei um pouco, desculpe todo o transtorno que eu possa ter causado, mas eu não gostaria  
212 de deixar de colocar o meu ponto de vista. E acho que a construção da cidade é uma  
213 construção coletiva e não só de algumas pessoas ou atendendo alguns interesses. Tem que  
214 atender o interesse da maioria da população. E é isso. Obrigado, Secretário. **Germano**  
215 **Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**  
216 **Smamus:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela sua contribuição aqui ao nosso debate. Antes  
217 de a gente evoluir nossa pauta, queria compartilhar só aqui, tentar na medida do possível,  
218 lembrando sempre que o período de comunicação são de falas livres, nem sempre teremos as  
219 devidas respostas, porque muitas coisas trazidas na comunicação, são específicos de serviços,  
220 de atuação de diversas secretarias. Mas naquilo que a gente tem propriedade e condição de  
221 responder, eu sempre tento fazer os devidos esclarecimentos. E com relação ao  
222 desassoreamento do Guaíba, competência do Estado, licenciamento da FEPAM. Nós estamos  
223 dentro das nossas responsabilidades, demandando aí o Estado e reforçando a importância  
224 disso, e especialmente agora com tudo que aconteceu, a necessidade de a gente ter um  
225 processo constante, permanente de desassoreamento do Guaíba. Naturalmente, falando em  
226 Guaíba, a gente fala numa bacia de cerca de 300 municípios. A gente fala dos diversos  
227 afluentes, rios, que ali, vamos dizer assim, depositam as suas águas. Então, é um projeto que  
228 ultrapassa a barreira municipal de Porto Alegre, é de responsabilidade do Estado. Então, a  
229 gente entende a necessidade, nós, da nossa parte, estamos atuando, cobrando, pedindo para  
230 que a União também assuma o seu papel. Especialmente, falando em sistema de proteção, é  
231 importante a gente dizer, artigo 21 da Constituição Federal, deixa muito clara essa  
232 responsabilidade da União, no sentido de proteger o país, né? Naturalmente, os estados, as



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

233 cidades, na naquilo que envolve as secas excessivas, inundações, tudo que se trata de tragédias  
234 climáticas. E assim foi concebido o sistema de proteção pelo DNOCS, a União, depois extinto,  
235 e aí alguns municípios assumiram, outros não. Então, a União tem um papel, naturalmente, na  
236 ordem, vamos dizer assim, do recolhimento dos impostos do Brasil, né? Cerca de 65% dos  
237 impostos desse bolo de impostos recolhidos vai pra União, 20%, né? Estado, 10%, 15%  
238 dividido entre as centenas de milhares de municípios do Brasil. Então, tem um papel  
239 importante nesse processo, não só pelo recolhimento do imposto, mas também pela obrigação  
240 constitucional, que envolve o sistema de proteção. Então, a gente entende da necessidade de se  
241 ter uma governança, um projeto maior, que envolve Porto Alegre. Não se pode tratar isso  
242 isoladamente, o assoreamento ou desassoreamento. E existe a Lagoa dos Patos, existem os  
243 afluentes que são os rios, que trazem, toda essa lama aqui na Cidade de Porto Alegre. Então,  
244 tem que ter um peso integrado, uma gestão integrada nesse processo, que, naturalmente, o  
245 Município de Porto Alegre fazendo a sua parte, não se esquivando jamais da sua parte, da sua  
246 quota de responsabilidade como assim tem que ser. Mas, independente da questão do  
247 desassoreamento, que aí é uma parte que envolve o Governo do Estado, a União, o Município,  
248 estar trabalhando na recomposição do sistema, das falhas identificadas, independente da  
249 discussão, se é a União ou o Estado, que a gente sabe que tem clareza da responsabilidade da  
250 União nesse processo, mas o município independente disso, está trabalhando na correção dos  
251 equívocos identificados nessa tragédia que a gente viveu, das falhas de concepção do projeto  
252 pra recompor diques, pra fechar, eventualmente, onde não se tinha ali a previsão de concepção  
253 do projeto. E depois, a gente vai discutir aí, a maneira de financiar, de recuperar, né? Da  
254 participação da União nesse processo, mas a gente tá muito no sentido de executar essas obras  
255 e em seguida devemos apresentar aí, através do Departamento de Águas, do DMAE, um  
256 cronograma, projeto de engenharia completo com valores significativos que ultrapassam a  
257 nossa capacidade orçamentária, mas a gente tá imbuído aí de resolver e aprender com tudo  
258 isso, dar segurança necessária pra cidade, dependendo da responsabilidade da União nesse  
259 processo. Depois, com relação às reuniões presenciais, é importante dizer, nós temos a nossa  
260 sala, o espaço presencial do CMDUA, para aqueles que eventualmente tenham dificuldade de  
261 acessar pelas vias tecnológicas aí, celular, computador, né? Fruto disso, temos aí a presença do



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

262 Conselheiro Felisberto. Então, é sempre oportunizada essa sala. E, naturalmente, com a  
263 transmissão aí ao vivo, garantindo maior acesso à participação de todos no formato online. E  
264 aí, tentando responder um pouquinho da participação da necessidade dos projetos de  
265 habitação. A gente compreende a necessidade, o momento, a quantidade, o tamanho da  
266 habitação de interesse social, em função do impacto gerado, né? No mínimo, 20.771 domicílios  
267 afetados de interesse social que foram totalmente destruídos ou parcialmente destruídos, que  
268 necessitam de uma nova moradia e há um compromisso do Governo Federal em garantir  
269 moradia para essas famílias. E em inúmeras oportunidades, o Ministro da Reconstrução, o  
270 Presidente Lula manifestou isso, não vai faltar casa para as pessoas que perderam. Então, nós,  
271 Município, estamos fazendo a nossa parte, identificando, mapeando, fazendo as vistorias e  
272 instituindo processos de licenciamento mais céleres, isentando do solo criado para produção de  
273 habitação de interesse social na faixa 1, até R\$ 200.000, criando mecanismos de reduzir  
274 inclusive as doações de parcelamento do solo, também para viabilizar a produção de habitação,  
275 pra gente dentro da nossa possibilidade, das nossas condições, a gente dar o toda a segurança  
276 necessária, a condição para os novos empreendimentos se formarem e a gente levar ao  
277 Governo Federal, para ele comprar e cumprir o compromisso que assumiu publicamente, em  
278 diversas oportunidades. Então, há um esforço, já aprovamos 417 novas unidades habitacionais  
279 nesses últimos dias, e temos a expectativa de aprovar, em seguida aí, muitos novos  
280 empreendimentos de habitação de interesse social, pra gente ter essa condição dessas pessoas  
281 que precisam do casa poderem ser socorridas nesse momento aí trágico que a gente vive na  
282 cidade. Cada um fazendo a sua parte dentro da sua condição. O Município com o seu  
283 orçamento, fazendo as aprovações, criando políticas de incentivos, pra produzir essa  
284 habitação, e o Governo Federal, naturalmente, com o seu orçamento de trilhões, cumprindo  
285 esse compromisso de garantir, a moradia, o acesso à compra dessa unidade habitacional para  
286 essas pessoas que tanto precisam. Então, nesse espírito colaborativo, União, Estado,  
287 Município, cada um fazendo a sua parte, a gente efetivamente consegue resolver esse desafio  
288 urbano da nossa cidade, do nosso Estado e do nosso país. Dito isso, evoluo para o Item 3 da  
289 nossa pauta, considerações sobre as atas. A nossa Secretária Executiva, Gabriela Brasil, vai  
290 nos dar um recado um pouquinho sobre isso.



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

291 **3. VOTAÇÃO DE ATAS;**

292 **Gabriela Brasil, Secretária Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade**

293 – **SMAMUS:** Obrigada, Presidente. Boa noite, Conselheiros, boa noite, Conselheiras. Eu  
294 gostaria de avisá-los, nós ficamos num período sem a edição das atas. Tivemos uma nova  
295 constituição do Conselho. Então, eu só queria avisar, especialmente para os novos que não  
296 tiveram contato ainda com esse procedimento, que a partir desta sessão, eu vou enviar para  
297 vocês todas as atas que eventualmente não foram aprovadas ainda do ano passado, né? Nós  
298 temos alguns conselheiros que atravessaram a gestão e então vão poder fazer essa aprovação.  
299 E para quem não estava ter conhecimento dos assuntos tratados, embora eles estejam  
300 gravados, mas de forma escrita, e aí depois que nós dermos essas aprovações das atas antigas,  
301 entra no fluxo, fazemos a reunião na próxima sessão, aprovamos a ata. Essa ata quando entrar  
302 no fluxo vai ser encaminhada junto com a pauta para os senhores. Então, para vocês não  
303 estranharem, agora durante essa semana, vocês vão receber um e-mail especial com várias atas,  
304 né? Que vai começar na Pauta 2980 e vai até a Pauta 2988, que são as atas que ainda não  
305 foram aprovadas e que eu preciso da aprovação dos senhores. Obrigada, passo a palavra ao  
306 Presidente novamente.

307 **4. ORDEM DO DIA;**

308 **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**

309 **Sustentabilidade – Smamus:** Obrigado, Gabriela, por nos elucidar o tema das atas. Passando  
310 de imediato, então, a nossa Ordem do Dia, lembrando que temos, em função das prioridades  
311 no tempo aí transcorrido entre efetivamente as nossas reuniões, primeiro, em função do  
312 período eleitoral da composição dos novos conselheiros, e agora por último essa urgência, a  
313 tragédia climática que vivemos. Então, importante a gente dar um foco para a nossa pauta,  
314 evoluir nessas aprovações, gerar emprego, riqueza, oportunidade da nossa cidade, do pedreiro  
315 ao engenheiro, corretor, enfim, toda a cadeia que se gera a partir das nossas deliberações aqui  
316 neste Conselho. Então, a gente tem na pauta o Item 4.2, que tivemos o relato pela AREA, uma  
317 manifestação favorável. Lembrando que esse expediente já tinha, antes da suspensão do  
318 Conselho, um relato também favorável. Então, com a nova composição, a gente em função das  
319 regras regimentais, redistribuímos os processos. Então, isso atrasou novamente a discussão e



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

320 debate, especialmente dessa proposta aí de ajuste no Hospital Divina Providência. Então, a  
321 gente retoma esse processo e aí eu consulto os Conselheiros, queria entender se há  
322 concordância da maioria dos Conselheiros, como nós temos uma pauta bastante extensa e  
323 fizemos já alguns relatos, como é o caso do Divina Providência, se a gente pode evoluir, a  
324 partir que tivemos o relato, tivemos a oportunidade aí das vistas. A gente permanece nesse  
325 processo para concluir ele com discussão e votação e aí vamos evoluindo para as demais  
326 pautas. A partir do momento que a gente consegue chegar no relato efetivamente do processo  
327 e a oportunidade do tempo das vistas, a gente sempre quando retorna numa reunião faz a  
328 conclusão dele e depois vamos evoluindo para as demais pautas, os demais relatos na  
329 sequência. Nós temos o Item 4.1 da nossa pauta. A gente tem o relato, foi recebido hoje pela  
330 Conselheira Jussara. Então, só vamos fazer o seguinte, vamos concluir esse do Hospital Divina  
331 Providência e aí a gente segue na nossa pauta, porque ele tem o relato de vistas nesse  
332 momento. **Gabriela Brasil, Secretária Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**  
333 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Foram dois pedidos de vista, Presidente, do Conselheiro  
334 Felisberto e Conselheiro Wagner, os dois encaminharam os relatos de vistas. **Germano**  
335 **Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**  
336 **Smamus:** Tá bem. Então, eu vou pedir, como é um processo que tá bem presente na memória  
337 dos conselheiros, foi feita a apresentação, o relato nas outras oportunidades, para a gente ouvir  
338 já diretamente os relatos de vistas. Então, vamos ouvir o Conselheiro Wagner, da Região de  
339 Planejamento Cinco para o seu relato. **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de**  
340 **Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Boa noite. Boa noite a todos mais uma vez. Antes  
341 de relatar, eu gostaria que o senhor reforçasse minha fala, reforçasse a sequência da dinâmica  
342 de cada reunião, porque tem pessoas mal intencionadas que tão acompanhando a reunião e eu  
343 faço questão que fique gravado, porque eu pouco me manifesto, espero meu momento. E na  
344 primeira reunião coloquei a questão de para tirar uma dúvida, porque eu acho que este  
345 Conselho... Foi em assuntos gerais, e uma pessoa mal intencionada espalhou para a região que  
346 eu estava pedindo praça para dentro da região. É inadmissível uma pessoa que não admite, eu  
347 concorri e ganhei a eleição, sou conselheiro legítimo e eles têm que respeitar o conselheiro. Ele  
348 não conhece a dinâmica da reunião e saiu espalhando, porque tem período de manifestação,



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

349 tem período de pedido de vista, etc. e tal. Eu faço questão que fique registrado, Secretário.  
350 Obrigado. Agora eu vou ler o relato de vistas aqui. Trata-se do Processo SEI 22.0.00046487-  
351 6. Trata-se do Estudo de Viabilidade Urbanística do Hospital da Divina Providência, ampliação  
352 do Divina Providência. Requerente é o Divina Providência, Província Mãe de Providência, que  
353 é a gestora do Hospital Divina Providência, que é a demandante do processo em discussão.  
354 Nosso parecer é contrário, Secretário, ao empreendimento, mas cabe destacar algumas  
355 considerações, frisando, não somos contra a ampliação deste empreendimento e nem temos  
356 nada contra esta instituição, que presta serviço com excelência para a cidade e há várias  
357 décadas. Não só destacando os serviços do Hospital Divina Providência, mas também o  
358 Hospital Independência, que é grande referência no tratamento de doenças e referência no  
359 tratamento traumatológico da nossa cidade e do nosso Estado. Frisamos que é importante  
360 considerar todo o impacto no entorno, seja ambiental e também de circulação de transportes.  
361 Nosso parecer apresentado é porque não há nos pareceres apresentados pelas Secretarias e  
362 também da EPTC sobre a segurança que as poucas medidas apontadas darão conta de todo o  
363 impacto que ocorrerá no entorno, e especialmente aos moradores que adensam o entorno do  
364 hospital. Avenida Oscar Pereira, ela é conhecida por todos nós pelos seus congestionamentos,  
365 especialmente nos horários de pico, início da manhã e final de tarde, quando a população  
366 começa a sair ou voltar para suas casas. Oscar Pereira é uma das principais vias de ligação da  
367 área central com a zona sul e também uma das mais perigosas da nossa cidade, dada a sua  
368 formação e o seu estreitamento que demanda um debate aqui entre nós e com o governo  
369 priorizar no próximo período a sua duplicação ou uma alternativa a ela para minimizar a  
370 circulação pesada apontada por nós. Nós precisamos fazer com que esse processo da  
371 ampliação do hospital seja discutido com a comunidade, mas já levar para esse debate com a  
372 comunidade todas as possibilidades de melhorias, especialmente as que a comunidade já vem  
373 apontando há um bom tempo. O espaço, paradas que dão maior segurança é dignidade a todos  
374 aqueles que utilizam o transporte público. Portanto, reafirmamos que o nosso parecer não é  
375 contrário, e ressalvo de que nós somos contrários à ampliação do hospital, mas sim com a  
376 proposta apontada que a construção de novos prédios, adensando as áreas de preservação,  
377 sendo que hoje é possível com a tecnologia que nós temos fazer essa mesma ampliação de



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

378 forma verticalizada. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente,**  
379 **Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Obrigado pela sua contribuição. Deixa eu só,  
380 pelo que eu li do parecer, eu entendi que o senhor é contrário, porque assim, é o relato de vista  
381 com relação ao parecer favorável do relator. Então, a conclusão do senhor é contrária à  
382 aprovação do relator, tá bem? **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão**  
383 **de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Isso. Isso. **Germano Bremm, Secretário Municipal de**  
384 **Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Consequentemente, contrário à  
385 viabilidade urbanística da ampliação do hospital. Obrigado, Conselheiro. O Conselheiro  
386 Felisberto, então. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento**  
387 **Um – RGP. 1:** Expediente Processo SEI 22.0.000046487-6. Interessado: Província Mãe da  
388 Providência. Assunto: Recurso de Segundo Grau - atividade hospitalar, cumulado com pedido  
389 de regularização e flexibilizações. Muito interessante isso “com flexibilizações”, já no pedido  
390 tem o pedido de flexibilização. Mas vamos ao parecer: A solicitante deseja regularizar a  
391 edificação existente, devido à expansão das operações hospitalares. Isto requer a conformidade  
392 com as normas e regulamentos vigentes. Dada à ampliação ao longo dos anos, o  
393 empreendimento é de grande porte e implica em aumento substancial das vagas de  
394 estacionamento, o que particularmente exige uma profunda análise. Considerando que trata-se  
395 de uma área já afetada por congestionamento, como muito bem observado pelo Wagner,  
396 portanto, são necessárias medidas de gerenciamento de tráfego para melhorar a mobilidade e  
397 evitar congestionamento. Imagina um paciente numa ambulância, né? Então, toda essa  
398 preocupação no sentido de melhorar a mobilidade e o acesso à unidade hospitalar. No entanto,  
399 é observado que o parecer SEPAC 1452/22 e análise técnica 24417971, não impõe obrigações  
400 legais ou garantias da análise atual, adiando tais questões para um segundo momento. Isso  
401 parece contrariar os procedimentos habituais e normas, parecendo haver uma flexibilização  
402 inadequada em detrimento do interesse público. Além disso, a falta de clareza nas negociações  
403 e aprovações das flexibilizações levanta preocupações, especialmente dado o potencial impacto  
404 significativo das operações hospitalares e a carência de infraestrutura na região circundante. É  
405 importante esclarecer as contradições entre os pareceres emitidos por diferentes órgãos  
406 competentes. É notável ainda que decisões individuais e tomada por cargos de confiança



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

407 parecem prevalecer sobre decisões colegiadas. Além disso, a ausência de uma previsão de  
408 “homologação”, entre aspas, homologação na normativa que rege a análise, sugere que a  
409 decisão atual é mais política do que técnica. Especialmente quando envolve o Secretário  
410 Germano, que é o senhor todo poderoso hoje e é o Secretário determinado pra reconstrução  
411 do escritório, né? Então, imagina o poder que o senhor tem hoje, né? Então, é uma ressalva, é  
412 o todo poderoso. É importante ainda destacar que de acordo com a legislação ambiental  
413 vigente, a ocupação de áreas de APP é restrita e é sujeita à regulamentação específica.  
414 Portanto, qualquer projeto que vise instalação, regularização de uma estrutura, ainda mais  
415 como um hospital que abrange áreas de APP, requer uma análise detalhada e autorização dos  
416 órgãos ambientais competentes. Não sei se passou pelo COMAM isso, né? Mas então apenas  
417 uma observação. Tem um mapinha ali que vocês podem ver. Não ouvimos que as mudanças  
418 climáticas são uma realidade global, resultante do aumento das concentrações de gases do  
419 efeito estufa na atmosfera e que tem levado a uma série de eventos climáticos extremos, como  
420 tempestades mais intensas, aumento dos níveis do curso d'água e manutenção dos padrões de  
421 chuva que afetam diretamente as áreas de APP. A região apresenta riscos significativos, devido  
422 a sua localização em uma área sujeita inclusive a inundação e erosão, podendo colocar em  
423 risco a segurança dos pacientes e funcionários, bem como causar danos ambientais  
424 irreparáveis. Com base nessas considerações, concluímos que a análise do EVU está  
425 incompleta e não atende aos requisitos estabelecidos na legislação municipal. Portanto, é  
426 apropriado emitir um parecer contrário ao pedido de deferimento do presente EVU e  
427 encaminhar o processo ao Gabinete da Procuradoria Geral do Município para uma  
428 investigação mais aprofundada, quanto à legalidade, bem como a aferição dos procedimentos  
429 adotados em observância ao interesse público. Porto Alegre, 26 de julho de 2024. Esse é o  
430 parecer, Secretário. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente,  
431 Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela sua  
432 contribuição ao debate aí, posicionamentos, sempre, né, muito respeitado aqui no Conselho,  
433 assim como de todos os conselheiros. E temos o último relato de vista do Conselheiro  
434 Fernando. **Fernando Campos Costa (Titular), Amigos da Terra:** Então, pessoal, eu nem  
435 tinha diretamente pedido vista e sim tinha feito uma solicitação dos estudos, mas a gente fez



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

436 um arrazoado aqui. Então, seguindo: Porto Alegre, 26 de junho de 2024. À Secretaria  
437 Executiva do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Processo  
438 22.0.0.000046487-6. Objeto de estudo: viabilidade urbanística e imóvel localizado na Rua da  
439 Gruta, número 145, bairro Cascata, MZ4. Então, ali nesse processo a gente avaliou nesse  
440 último momento que teve a apresentação, essa situação da gente ter uma informação do mapa  
441 das áreas de risco de Porto Alegre, que estavam com dois locais próximos, que na nossa  
442 percepção merecem estudo. Então, tendo em vista a apresentação da análise do processo, do  
443 estudo de viabilidade urbanística, tendo em vista o pedido do prazo para análise da proposta  
444 do hospital que prevê a realização de prédios de existência, ampliação em altura e realização  
445 de novas construções. Tendo em vista que embora o projeto extrapole o que prevê o plano  
446 diretor em diversos órgãos da Prefeitura, não observa óbice na ampliação e propuseram formas  
447 de compensação. Então, se vê, eu acho que o primeiro ponto é esse elemento, do que é a  
448 compensação dentro da discussão do município, do que são exigências do município e o que a  
449 gente precisa enquanto cidade. Tendo em vista que os eventos climáticos e sociais  
450 recentemente ocorridos e que e que ainda causam impacto nas cidades e nas comunidades...  
451 [Sem conexão – interrupção do relato]. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio**  
452 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Conselheiro, não estamos ouvindo  
453 mais. Está com problema na conexão. Teve problema de conexão, mas na manifestação de  
454 vista é em contrariedade ao relato favorável do relator. Consulto se temos conselheiros  
455 inscritos para o debate? Temos a Conselheira Jussara, Conselheiro Ricardo, Conselheira  
456 Carolina. Mais algum conselheiro? Conselheiro Gomes, Conselheiro Felisberto também  
457 inscrito. E Conselheira Júlia. Lembrando, né, que esse expediente também já tinha sido objeto  
458 de relato, inclusive pelo Conselheiro Emerson, que está presente aqui também, certamente tem  
459 propriedade sobre o assunto, né? Acho que tinha feito já o relato, eu me recordo na gestão  
460 passada ainda, relatório favorável. Não sei se está aqui para eventualmente falar. E o último  
461 inscrito, o conselheiro relator. Iniciamos com a Conselheira Jussara e encerramos as inscrições  
462 para o debate, início com a Conselheira Jussara. **Jussara Kalil Pires (Titular), Associação**  
463 **Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa noite a todos. Eu quis  
464 me manifestar por conta da minha preocupação também, aquilo que o Fernando apontou, a



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

465 questão de áreas de risco, a gente sabe que aquela região ali é complicada, com risco de  
466 deslizamentos e tal. E, quando vi a apresentação do projeto, eu me surpreendi, porque no  
467 primeiro momento eu tinha entendido que era mais a regularização do que já existe e um  
468 aumento da garagem, alguma coisa assim. Mas, vi que não é isso, tem alguns outros prédios  
469 também a serem construídos. Então, depois do ocorrido que eu, sinceramente, acho que esse  
470 evento de chuvas, para mim, me traumatizou. Eu acho que nós, como técnicos, temos que  
471 puxar o freio de mão e pensar um pouco melhor nesses riscos, que eventualmente podem ter  
472 sido apontados como muito pequenos e que depois a gente vê, né, quer dizer, toda uma área  
473 da cidade que a gente entendia que estava protegido por um sistema de proteção contra as  
474 cheias, que por uma questão de má manutenção, foi um desastre absoluto. Então, assim, eu  
475 não sei como tá essa região em relação aos riscos que tem. E, por conta disso, eu sou  
476 contrária, visto que não foi respondido aquilo que o Fernando apontou, que eu acho assim, o  
477 senhor colocou que a diligência quem pode pedir é o relator. Só que nós estamos numa  
478 situação diferenciada, acho que podia, por uma questão de sensibilidade, ter mandado algum  
479 técnico da Prefeitura fazer essa resposta, porque não foi uma pergunta banal. Foi uma pergunta  
480 muito grave, muito importante. Então, eu sou hoje contrária a isso a despeito de gostar muito  
481 do hospital, de já ter feito cirurgia lá. Minha família sempre usou. Em princípio, eu não seria  
482 contra, mas hoje me sinto insegura e gostaria de que a Prefeitura tivesse essa sensibilidade de  
483 trazer, ou um engenheiro geotécnico, ou alguém que pudesse ali dizer: “Não, não tem, isso  
484 aqui tá cuidado. Essa área já tá ocupada, o prédio é sobre uma área...” É possível que tenham  
485 explicações muito tranquilas para dar. Mas, não nos foi dado. E, eu acho que nós estamos aqui  
486 não para dizer sim, né? Para apontar, eventualmente, alguma necessidade. Então, por isso, hoje  
487 eu sou contrária, porque eu sinto a necessidade dessa explicação. **Germano Bremm,**  
488 **Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:**  
489 Obrigado, Conselheira Jussara. O Conselheiro Fernando estava inscrito também para debater, e  
490 ver aí se o Conselheiro concluiu também a sua linha de raciocínio. Fernando. Está com um  
491 problema na sua conexão? **Fernando Campos Costa (Titular), Amigos da Terra:** Tô  
492 tentando abrir o vídeo aqui, só um pouquinho. Eu tive um probleminha aqui, mas é isso, só  
493 finalizando, então. A gente acredita na importância dessa situação que, por ordem divina, ou o



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

494 nosso sentimento ressabiado do que vem acontecendo, a gente teve essa oportunidade na  
495 primeira reunião, no primeiro momento, no primeiro processo, a gente poder comprovar que é  
496 importante esse tipo de estudo e que ninguém aqui tá querendo ficar com essa  
497 responsabilidade, sabendo da informação, do que pode acontecer no próximo dia. Então, se a  
498 Prefeitura tiver interesse de assumir essa responsabilidade, a gente coloca esse ônus aí, mas a  
499 gente acredita que é muito importante que esse estudo seja feito e que a segurança seja dada,  
500 que Porto Alegre seja uma cidade sem risco para todo o mundo, principalmente para algo tão  
501 importante quanto um hospital. E, em relação às contrapartidas, eu gostaria de dizer que  
502 muitas dessas responsabilidades são da Prefeitura, não do hospital. A Prefeitura é que tem uma  
503 responsabilidade de garantir essa via, o hospital, como um serviço público, deve contar  
504 também com investimento dentro da Prefeitura, principalmente no que se diz respeito à  
505 mobilidade e todas as outras obras de infraestrutura que são necessárias. Por isso, é importante  
506 que quem pode pagar, pague imposto, que a gente não recorra a isenções de quem pode pagar  
507 para que a gente possa garantir esses direitos conquistados aí. Então, o parecer é esse, requer  
508 elaboração e apresentação de estudo e avaliação dos riscos ambientais referentes às áreas de  
509 riscos, para o processo de análise, bem como propõe que a partir da presente data, todos os  
510 projetos que tratem de mudanças ou alterações, desse porte, sejam precedidos e  
511 acompanhados de tal estudo. Esse é o parecer. Atenciosamente, Fernando Campos Costa.  
512 Obrigado, pessoal. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente,**  
513 **Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Obrigado, Conselheiro Fernando. Na sequência,  
514 temos o Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**  
515 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, novamente, colegas. Boa noite, Presidente. Primeiro  
516 elemento, assim, a se falar desse processo. Até para os conselheiros novos, pra gente ter um  
517 entendimento. Nós estamos falando de um Estudo de Viabilidade Urbanística. Nós não  
518 estamos falando do desenvolvimento detalhado do projeto. Todas as questões de manter de pé  
519 o que nós estamos falando vão ser resolvidas em responsabilidade na área técnica, na área de  
520 quem tem responsabilidade, ou seja, o que vai manter de pé essa estrutura são pessoas que  
521 respondem civil e criminalmente, nossos colegas arquitetos e engenheiros. Agora, o que nós  
522 estamos falando é na viabilidade urbanística. E essa viabilidade urbanística aborda uma série de



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

523 questões que são fundamentais já para aquela área, que conheço muito bem também. Já deixei  
524 algum pedaço de mim por lá. É, que é o seguinte, primeiro aspecto que me chamou atenção: o  
525 projeto tem uma abordagem inteligente sobre a questão do trânsito e vai melhorar o fluxo de  
526 carros e de pessoas ali para dentro do hospital. Que hoje é um problema crônico aquilo ali, de  
527 hoje, de muito tempo, né? Segunda questão, assim, que eu acho muito importante: quando se  
528 trata de questão de saúde e de saúde pública, hospital, pronto-socorro, pronto-atendimento,  
529 emergência, pelo amor de Deus, é uma prioridade que justifica estourar qualquer índice de  
530 altura, taxa de ocupação, índice de aproveitamento, seja lá o que for, para colocar um  
531 equipamento dessa importância para a sociedade, para Porto Alegre, e até mesmo para a  
532 Grande Porto Alegre, mas ali é muito mesmo é Porto Alegre. Então, não tô surpreso de mais  
533 colegas novos aqui do Conselho, que os outros já conhecem, mas os novos não conhecem.  
534 Teve gente aqui que tá sendo contra, que já foi contra à ampliação do HPS, foi contra o  
535 aumento do Pronto-Socorro, que não tinha nenhuma montanha, nem morro, nem uma  
536 corredeira, nem uma água por baixo, nem água por lado, nem água por cima. Foram contra! O  
537 argumento para ser contra sempre vão achar, né? E foram contra! É claro que iam ser contra  
538 esse importante projeto pra Cidade de Porto Alegre. Nós estamos tendo aqui, na verdade, uma  
539 grande oportunidade de ser responsável com a cidade, principalmente de quem mais precisa e  
540 no momento que mais precisam, que é relacionado com as questões de saúde. Meus  
541 conselheiros, vamos em frente, porque nós somos maioria, para não deixar Porto Alegre voltar  
542 para trás, caminhar para trás. Certo? Muito obrigado. **Germano Bremm, Secretário**  
543 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Obrigado,  
544 Conselheiro Gomes, pela sua contribuição, manifestação. Temos inscrito o Conselheiro  
545 Felisberto, lá na nossa sala presencial, depois a Conselheira Júlia. **Felisberto Seabra Luisi**  
546 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Bom, ninguém é contra  
547 ampliação de hospital ou de unidade hospitalar. É a maneira como são apresentados os  
548 projetos, né? Nós já tínhamos uma área construída. Então, deveria primeiro vir a regularização  
549 dessa área, no meu modesto entendimento. Não sou arquiteto, não sou urbanista, sou  
550 advogado, mas entendo que não pode misturar as duas coisas, a área construída com área a  
551 construir. Isso faz com que haja interesses diversos, diferentes. Há uma parte que tem que ser



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

552 regularizada, isso estamos de acordo. Agora, a nova parte, a nova construção, tem que vir  
553 mais separado. Essa é a divergência. Agora, quanto à ampliação do HPS, eu queria muito  
554 melhor, que melhorasse as condições do HPS antes de ampliar o HPS, porque, segundo a  
555 gente viu, choveu dentro do HPS. Então, me admiro as pessoas ironizarem, é sempre essa  
556 ironia, né? Cara que não oferece nada, sempre vem com a ironia, com deboche. Só que comigo  
557 não tem deboche. Sabe? Então, eu quero dizer que sou contra sim, porque não separaram,  
558 vieram os dois processos juntos, não há uma análise atualizada das condições geológicas da  
559 área, não há, se há que me prove. Então, o meu voto, da RGP 1 é contrário. É isso, assumo o  
560 meu voto, como assumi todos os meus votos aqui. **Germano Bremm, Secretário Municipal**  
561 **de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Tá bem. Obrigado,  
562 Conselheiro Felisberto. Na sequência, temos a Conselheira Júlia, inscrita. **Júlia Lopes de**  
563 **Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:**  
564 Boa noite a todos. Sou a Júlia, representante da EPTC. A empresa pública que está aí  
565 subordinada à Secretaria de Mobilidade. Então, venho prestar esclarecimentos sobre a questão  
566 da mobilidade. Esse empreendimento, como todos os empreendimentos de impacto, é  
567 solicitado que se apresente um estudo de impacto na mobilidade. Então, esse estudo foi  
568 apresentado pelo empreendedor. Esse estudo foi exaustivamente analisado pela EPTC e pela  
569 Secretaria de Mobilidade, tanto que um parecer que o que o Conselheiro Felisberto leu é da  
570 comissão da EPTC que analisa esse tipo de estudo. Mas é claro, como colocou o Conselheiro  
571 Gomes, essas medidas, essas contrapartidas e mitigações ficam para o momento em que seja  
572 consolidada a construção. Enquanto estudo de viabilidade, a gente indica quais são essas  
573 medidas mitigadoras, sempre também prestando atenção de que o empreendimento não deve  
574 mitigar as situações críticas pré-existentes, e sim o seu próprio impacto. Então, nesse sentido,  
575 o processo foi analisado, e estão ali descritas as medidas mitigadoras quanto à circulação e  
576 transporte. Além disso, em complemento, existe um projeto prioritário dentro do contrato de  
577 gestão da Secretaria de Mobilidade com a Prefeitura, que trata justamente do eixo total da  
578 Oscar Pereira. Então, em tratativas pela Secretaria de Mobilidade, está então essas medidas  
579 necessárias do eixo Oscar Pereira, de competência da Prefeitura. Então, é outra iniciativa em  
580 andamento, independente da aprovação ou não do estudo de viabilidade do hospital, a cidade



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

581 já está atenta à necessidade nesse eixo crítico da cidade e tomando as providências necessárias  
582 e possíveis nesse contexto. Então, só gostaria de colaborar nesse sentido com a pauta.  
583 **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**  
584 **Sustentabilidade – Smamus:** Bem, obrigado, Conselheira Júlia. Para encerrar, então,  
585 Conselheiro Ricardo. **Ricardo Vellino Ruschel (Titular), Associação Rio-grandense dos**  
586 **Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Boa noite a todos, tudo bem? É, eu queria saber se é  
587 possível eu compartilhar aqui uma tela. É possível Gabriela? **Germano Bremm, Secretário**  
588 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Sim, pode  
589 compartilhar. **Ricardo Vellino Ruschel (Titular), Associação Rio-grandense dos**  
590 **Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Porque eu acho assim, a impressão que eu tenho, tá, é  
591 que a grande parte aqui ou pelo menos os que estão mais criticando, não olharam o processo.  
592 Então, eu queria, eu como arquiteto, às vezes, a gente precisa se expressar mais através do  
593 desenho do que pelas palavras. É muito fácil a gente começar a falar que atinge área de  
594 preservação, que tem risco disso, risco daquilo, sem ter olhado o processo e sem ter realmente  
595 visto o que vai ser feito. Então, eu gostaria só de compartilhar rapidamente, eu gostaria de  
596 esclarecer aos demais conselheiros que daqui a pouco não tiveram oportunidade de ver essa  
597 planta com mais calma, eu gostaria de mostrar isso. Não estou conseguindo. Não, não estou  
598 conseguindo. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**  
599 **Sustentabilidade – Smamus:** Não, tem problema. Faz a sua conclusão, então. **Ricardo**  
600 **Vellino Ruschel (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura –**  
601 **ÁREA:** Não, é que assim, eu acho que tudo que foi falado aqui de forma negativa ao  
602 processo, é algo assim, claro e notório que está indo contra os técnicos, sabe? Porque foram  
603 feitos todos os estudos, existe todo um descritivo dentro do próprio processo falando de todas  
604 as ações compensatórias, mitigatórias de todas as questões relativas ao empreendimento. A  
605 questão viária, inclusive, vai melhorar porque vão ser criadas novas faixas de circulação ali na  
606 Oscar Pereira. O próprio processo pede regularização de edificações existentes. A edificação  
607 nova, ela vai ser construída entre duas edificações existentes, ou seja, ela não vai afetar  
608 nenhuma área de preservação. Então, enfim, é só olhar o processo, sabe? Não tem, eu não  
609 entendo assim, a tempestade em copo d'água que está sendo feita, sabe? Então, gostaria de



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

610 deixar isso bem claro e até como protesto, sabe? A falta de análise dos processos. **Germano**  
611 **Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**  
612 **Smamus:** Obrigado, Conselheiro Ricardo. Encerrado, então, o nosso período de debate,  
613 lembrando aqueles conselheiros, que a gente faz, antes de iniciar o debate, sempre faz as  
614 inscrições pelo período de dois minutos, para oportunidade as falas para fim de orientação do  
615 voto. Na sequência, a gente faz aí a leitura individual, voto a voto, para entender como se  
616 manifesta cada um dos conselheiros. Questão de ordem. Antes da gente iniciar a votação,  
617 Conselheiro Fernando tem uma questão de ordem. Conselheiro Fernando, qual a sua dúvida?  
618 **Fernando Campos Costa (Titular), Amigos da Terra:** Sim, a minha dúvida, o meu pedido  
619 foi que o estudo fosse feito. Se a presidência vai encaminhar aqui a negativa dessa solicitação,  
620 eu gostaria que, se possível, essa solicitação fosse votada e que a gente soubesse quem é  
621 favorável, quem é contrário que tenha um estudo sobre as áreas de risco em cima do hospital.  
622 Para os conselheiros poderem ter a sua responsabilidade aqui colocada ou responsabilidade da  
623 presidência assumir que não é necessário fazer o estudo e o fato ficará dessa forma, como a  
624 presidência do Conselho não acatou o pedido desse estudo a ser feito. Porque esse estudo não  
625 foi mostrado, não foi apresentado e se tem esse estudo já, eu queria que ele fosse publicitado  
626 também para a gente poder ter a responsabilidade desse estudo. Então, acho que é importante  
627 que as coisas fiquem transparentes e responsáveis. **Germano Bremm, Secretário Municipal**  
628 **de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Está bem. Obrigado,  
629 Conselheiro. Queria esclarecer a sua questão de ordem. O nosso regimento, votado, discutido,  
630 deliberado pela maioria, prevê a possibilidade de diligências, é feita pelo relator. Aqui no seu  
631 relatório de vista, o senhor tem a oportunidade de se manifestar, de orientar, entender o seu  
632 voto. E aí, torno a dizer, esclarecer um pouco das mais diversas falas que tiveram. Para o  
633 processo chegar neste Conselho, existe uma análise técnica prévia com relação ao meio  
634 ambiente, com relação à mobilidade, com relação à habitação, às diversas áreas do município  
635 que eventualmente possam interferir no projeto. E a partir desta primeira análise que se indica  
636 as etapas subsequentes, se necessário as licenças prévias, licença de instalação, os respectivos  
637 estudos, seguindo estritamente aquilo que prevê a legislação, as resoluções do Conselho  
638 Estadual do Meio Ambiente, que são um guia para exigência ou não de alguns estudos para a



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

639 necessidade ou não de determinados tipos de licenciamento. Então, essa análise técnica com  
640 relação ao risco, se a área é área de risco, se não é área de risco, se precisa de alguma medida  
641 técnica ou não, tudo isso é feito previamente ao encaminhamento deste Conselho. O Conselho  
642 é um Conselho político, de representação de entidades, de sociedade, nas regiões de  
643 planejamento, sociedade civil, entidades governamentais, a administração como um todo e é a  
644 partir deste debate e a maioria, então, que produz o posicionamento político do Conselho com  
645 relação à conformação do projeto com a cidade. Os estudos técnicos são avaliados nas esferas  
646 competentes com as respectivas responsabilidades. Existem servidores públicos competentes,  
647 qualificados, concursados para fazer essa análise nos aspectos técnicos aqui trazidos. Então, é  
648 nessa perspectiva que não há, inclusive, nem a deliberação desse seu pedido de diligência,  
649 porque regimentalmente não há essa previsão. Votaríamos e deliberaríamos se houvesse uma  
650 solicitação do relator do processo, nesse caso a ASBEA pedindo diligência, a gente submete  
651 daí ao plenário do Conselho e ele, na sua maioria, delibera pela diligência ou não da proposta  
652 do relator. Na sequência, temos uma questão de ordem aí do Conselheiro Gomes e depois  
653 encaminhamos para votação. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**  
654 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Não, Presidente, a minha questão de ordem era com relação à  
655 questão de ordem, mas o senhor foi muito explícito. Estou plenamente satisfeito, obrigado.  
656 **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**  
657 **Sustentabilidade – Smamus:** Perfeito, obrigado, Conselheiro Gomes. Nesse sentido,  
658 iniciamos nosso período de votação. Lembrando que temos o parecer favorável do conselheiro  
659 relator, Conselheiro da ASBEA. Tivemos as respectivas aprovações e apresentações pelo  
660 município. É o empreendimento da Região de Planejamento. Foi enviado 22/04/2024. Data de  
661 entrega do parecer 19/06. E tivemos o parecer favorável em 19/06. Evoluímos para as  
662 votações. Consulto a representante do DEMHAB, Conselheira Denise, como vota: se  
663 favorável ou contrário ao parecer favorável da ASBEA? **EM REGIME DE VOTAÇÃO:**  
664 **Denise Pacheco Till Campos (Titular), Departamento Municipal de Habitação –**  
665 **DEMHAB:** Sou favorável ao parecer do relator. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª**  
666 **Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Sônia**  
667 **Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável ao parecer da ASBEA. **Ivan José**



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

668 **da Silva (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional –**  
669 **METROPLAN:** Favorável, Presidente. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (2ª Suplente),**  
670 **Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:**  
671 **Meu voto é favorável. Fernanda Brito da Silveira (Titular), Secretaria Municipal de**  
672 **Desenvolvimento Econômico e Turismo – SMDDET:** Boa noite. Eu voto favorável. **Glauber**  
673 **Douglas do Nascimento Mello (Titular), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura**  
674 **– SMOI:** Favorável, Presidente. **Rafael Lorscheitter (Titular), Universidade Federal do Rio**  
675 **Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite, eu voto favorável ao parecer. **Jussara Kalil Pires**  
676 **(Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:**  
677 **Contrária. Fernando Campos Costa (Titular), Amigas da Terra:** Voto contrário e  
678 **preocupado com essa responsabilidade aí. Ricardo Vellinho Ruschel (Titular), Associação**  
679 **Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** (Voto favorável do relator). **Paulo**  
680 **Bins Ely (Titular), Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI:** Meu voto é  
681 **favorável ao Estudo de Viabilidade Urbanística. Diogo Ferreira Schiaffino (Titular),**  
682 **Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul – SERGS:** Meu voto é  
683 **favorável. Jorge Larre Lopes (Titular), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da**  
684 **Construção Civil – STICC:** Favorável. **Ana Cláudia Narvaez Bestetti (Titular), Câmara**  
685 **de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre – CDL POA:** Favorável. **Antonio Carlos Zago**  
686 **(Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – Sinduscon:** Favorável,  
687 **Presidente. Daniela Beling Pinheiro (Titular), Ordem dos Advogados do Brasil –**  
688 **OAB/RS:** Voto favorável aí ao Estudo de Viabilidade Urbanística do Hospital Divina  
689 **Providência. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um –**  
690 **RGP. 1:** Meu voto é contrário pelas razões que foram explicitadas durante o debate e com  
691 **meu parecer. Obrigado. Vanessa Silva Gomes (Titular), Região de Gestão de**  
692 **Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite. Meu voto é favorável também. **Jackson Roberto**  
693 **Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:**  
694 **Bom, confesso, Ricardo, que eu também não havia visto, tanto não pedi vista como não olhei o**  
695 **processo, e te pedi justamente para compartilhar no chat para eu poder ter uma visualização. E**  
696 **pelo que eu vejo aqui na foto, que tu compartilhou no chat ali, o meu voto é favorável. Paulo**



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

697 **Eduardo Francisco Gadea (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP.**  
698 **4:** Meu voto é favorável. **Wagner Pereira dos Santos (Titular), Região de Gestão de**  
699 **Planejamento Cinco – RGP. 5:** (Voto contrário no parecer de vista). **Luiz Antônio**  
700 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu  
701 acompanho o relator, favorável. **Cacilda Correa S. Chaves (1ª Suplente), Região de Gestão**  
702 **de Planejamento Sete – RGP. 7:** Meu voto é contrário pelas mesmas preocupações que o  
703 Felisberto o [Inaudível] já colocaram. **Germano Bremm (Secretário Municipal de Meio**  
704 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS):** Acho que o Conselheiro Emerson  
705 não está mais aqui. Então, confirmando aqui, temos 05 votos contrários, 19 votos favoráveis e  
706 nenhuma abstenção. Nesse sentido, **APROVADO O ITEM 4.2** da nossa pauta. Muito bem,  
707 conselheiros, evoluímos para o Item 4.4 da pauta, que é de relatoria também do CRECI.  
708 Tivemos já a apresentação pela Equipe de Planejamento e relatos de vista solicitados,  
709 especialmente pelo Conselheiro Gomes. Vou oportunizar a fala para o Conselheiro Gomes. Eu  
710 não sei, só lembrando aqui, uma resolução para ajuste de subunidade na área de ocupação  
711 intensiva junto com EVU de condomínios por unidades autônomas, está bem? E já tivemos a  
712 apresentação da Equipe de Planejamento. Carolina, se puder nos lembrar só o tema e na  
713 sequência, ele está muito presente assim, né, apresentou na semana passada. Eu não sei, o  
714 Conselheiro Gomes ali acho que queria contribuir com o relato de vista. **Luiz Antônio**  
715 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** É sim. Eu  
716 acho que não tem necessidade, Presidente, porque foi semana passada colocado. É uma  
717 colocação bem acadêmica também aqui, realmente não tem necessidade. **Germano Bremm**  
718 **(Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS):**  
719 Está bem. Então, por favor, já pode se encaminhar aí para o seu relato de vista e aí na  
720 sequência a gente abre a discussão. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de**  
721 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, tá. É um Estudo de Viabilidade Urbanística.  
722 E na consequência do Estudo de Viabilidade Urbanística também foi feita uma alteração de  
723 gravame. Empreendimento na Juca Batista, Hípica. É um EVU de condomínio por unidades  
724 autônomas, parcelamento do solo e ajuste entre zoneamentos. O enquadramento é um projeto  
725 especial de impacto urbano de segundo grau com base no artigo 61, inciso 2, alínea b, do



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

726 anexo 11.2 da Lei Complementar 434. Objeto da análise: desmembramento. Se desmembrará a  
727 área em dois lotes: um comercial, aproximadamente 10.000 m<sup>2</sup>, comércio e serviço, e outro  
728 residencial para condomínio por unidades autônomas, um aproximadamente 120.000 m<sup>2</sup>. Está  
729 prevista ocupação de 41% da área de condomínio por unidades autônomas privativas. O  
730 restante, correspondente a 70.441 m<sup>2</sup>, a 59% da área, é destinado a acessos, áreas verdes  
731 internas e lagos artificiais. Número máximo de unidades privativas previsto em lei aplicando-se  
732 a cota ideal é de 600 unidades. O projeto de condomínio prevê menos da metade disso, o que  
733 caracteriza uma baixa ocupação, que é muito bom. Diretrizes: O projeto ora apresentado  
734 solicita uma mudança do regime urbanístico, qual seja, estender o regime de intensivo da  
735 Subunidade 4 na testada da gleba, voltado para a Rua Schneider, numa faixa de 60 m, bem  
736 como ajustar o mesmo tipo de regime incidente pela Juca Batista, levando em conta os limites  
737 da gleba. Esta extensão de faixa de regime urbanístico intensivo visa contemplar uma intenção  
738 constante lá no Plano Diretor de 79, cuja lógica era de termos o mesmo regime urbanístico em  
739 ambos os lados das vias estruturadoras, aquelas que definem as unidades territoriais de  
740 planejamento daquela lei, bem como das unidades de estruturação urbana da lei atual. A gleba  
741 inserida na área de ocupação rarefeita da Macrozona 8, no bairro da Hípica, ela está inserida  
742 nessa área e é preservada na sua grande maioria. Para a viabilização da proposta urbanística,  
743 está sendo encaminhado no processo, é o SEI 23.0.0000953-8, minuta de resolução para fazer  
744 o ajuste de zoneamento intensivo em rarefeito, considerando o desenvolvimento atual que se  
745 verifica nas regiões ao longo da Juca. Com relação ao regime urbanístico, a Smamus/UPE  
746 informa que nada tem a opor em relação aos parâmetros propostos. Alterar a volumetria da  
747 Subunidade 4, código 21 para o código 01, sendo a taxa de ocupação única e o único item  
748 realmente a ser alterado, passando de 20% para 66 na área atingida, que é na margem das duas  
749 ruas. Ficando assim, mais adequado conceitualmente à ocupação prevista, tanto no Plano de  
750 Desenvolvimento Urbano que tínhamos em 79, quanto agora no Plano PDDUA 99, modificado  
751 pela 646 de 2010. Entende a Smamus, sendo a alteração proposta de modo pontual e se  
752 resume a estender o regime urbanístico da Subunidade 4, da Schneider, dentro dos limites da  
753 gleba, bem como estender o limite da Subunidade 4 junto à Juca até a divisa sul da gleba, a  
754 alteração do código de volumetria e o ajuste da posição da Subunidade 8 para o limite sul da



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

755 gleba, que essa alteração pode ocorrer através do projeto de resolução, por isso que se  
756 desdobrou num outro SEI ali junto a este. Entende a Smamus, que tendo a alteração proposta,  
757 de modo pontual, e se resume a estender o regime urbanístico, resumindo, o projeto pode  
758 acontecer através de projeto de resolução do Conselho do Plano Diretor de CMDUA, tá? Que  
759 é aqui onde nós estamos. Diz lá no artigo 164: “Serão objetos de resolução do Conselho  
760 Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental as matérias que versem sobre: primeiro,  
761 ajuste nos limites das áreas de ocupação intensiva, macrozona, unidades estruturadoras  
762 urbanas, áreas e lugares de interesse cultural, áreas de ambiência cultural e áreas de proteção  
763 ambiental”. Então, pra saber onde é que nós estamos incluídos aí nessa nossa capacidade de  
764 trabalhar esse assunto. Considerando o ajuste proposto na resolução, a área intensiva totalizou  
765 55.398 m<sup>2</sup>, dos quais serão doados 11,20%, que dá 11.079 m para equipamentos públicos. Na  
766 composição desta doação, serão considerados os viários incidentes em ambas as testadas, que  
767 somam 1.500 m<sup>2</sup>, sendo que o saldo equivalente de 9.534 m<sup>2</sup> será efetuada avaliação do valor  
768 correspondente pela Secretaria da Fazenda para a futura definição do termo de conversão de  
769 área pública. Bom, sugerimos que o saldo do termo de conversão de área pública seja aplicado  
770 em serviços de limpeza e desassoreamento do Arroio Salso. Desta forma, atendendo  
771 reivindicações das comunidades atingidas pelos transbordamentos do arroio, consequência da  
772 quantidade de detritos que são irregularmente colocados no leito do arroio. Que dali, digamos  
773 assim, é muito presente naquela região, que vai lá da Ponta Grossa, o assoreamento do arroio  
774 que acaba atingindo uma série de comunidades ali, regulares e irregulares, transbordando e  
775 criando uma série de problemas. Então, por isso a sugestão que o termo de conversão de área  
776 pública, a doação essa que tem que fazer, seja usado na questão ambiental ali pra atender, com  
777 certeza, grande parte das comunidades prejudicadas ali. Diga-se de passagem, não são  
778 prejudicadas pelo empreendimento que vai ser feito, porque ele está numa cota muito boa e tal,  
779 como vou apresentar agora. Diretriz de abastecimento de água, esgoto cloacal e drenagem  
780 pluvial. Abastecimento de água: O DMAE determina que o abastecimento seja feito pelo  
781 sistema EBAT Extinga-1, o qual faz parte do sistema Belém Novo. O empreendedor terá que  
782 executar a extensão da rede. O esgoto sanitário: O esgotamento sanitário será pela Sub-bacia  
783 AS3, da bacia do Arroio do Salso com coleta pelo sistema da Ponta da Cadeia e tratamento na



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

784 ETE Serraria. Também será necessário executar extensão de rede por conta do empreendedor.  
785 Drenagem pluvial: O empreendimento deverá atender o Decreto 18.611 de 2014, que  
786 disciplina o sistema de amortecimento pluvial internamente. Entre diversos apontamentos do  
787 DMAE, o projeto precisou adequar a ocupação junto à Juca Batista, reduzindo em  
788 aproximadamente 30 lotes em função da vala que faz parte do sistema de coleta do  
789 esgotamento pluvial. Existem dois lagos artificiais no imóvel que serão mantidos na área de  
790 recreação, incorporados à paisagem ativa do empreendimento e um dos lagos servirá de bacia  
791 de amortecimento. O Plano Diretor de Drenagem Urbana aponta manchas de inundações de  
792 TR. TR quer dizer Tempos de Recorrência, sendo uma TR de 50 anos e outra TR de 10 anos.  
793 A TR de 50 define cota de ocupação de 7,24 metros e a TR de 10 anos aponta 6,82 m. Na  
794 prática, existem 20 lotes que para ser viabilizados precisarão de algum subterfúgio tipo aterro.  
795 Os demais lotes estão fora das TRs, ou seja, a cota do terreno natural pode ser mantida,  
796 porque não é atingido nessas previsões de transbordamentos. Importante destacar que o  
797 imóvel está fora da área de proteção do Parque Natural do Salso, que define uma distância de  
798 200 m livres. No ponto mais próximo, ele está a 220 m e no mais distante a 323 m.  
799 Conclusões. Então, a proposta desse empreendimento está sintonizada no desenvolvimento  
800 que essa região da Juca Batista vem experimentando. Trata-se de uma atividade mista, onde  
801 teremos uma área considerável para a atividade de comércio e serviço, e a implantação de um  
802 loteamento residencial com baixa ocupação, a menos da metade do possível. A gleba foi  
803 testada nestes episódios de enchente e manteve-se fora dos alagamentos que presenciamos em  
804 diversos locais da cidade. As observações das diretrizes de todos os órgãos de licenciamento  
805 da Prefeitura podem ser aplicadas no empreendimento. Os pleitos de extensão de regime  
806 urbanístico, no caso, ocupação e aproveitamento, são contemplados no PDDUA e foram  
807 enquadrados também na área jurídica do Município como parecer favorável da PGM. Existe  
808 demanda expressiva por habitação na Zona Sul, especificamente na região onde está a gleba  
809 em análise e o processo de licenciamento é o correto para disciplinar essas ocupações, porque  
810 ao atender as diretrizes traçadas, estará preservado o meio ambiente nas suas características  
811 gerais e específicas, e as normas de edificação, seja do lote, seja do imóvel, sobre o lote,  
812 obedecerá os instrumentos previstos no Plano Regulador do PDDUA e demais condicionantes



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

813 e editais. Parecer favorável ao EVU e à alteração de regime. Porto Alegre, 26 de junho de  
814 2024. É o que constava, Senhores Conselheiros. **Germano Bremm (Secretário Municipal de**  
815 **Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS)**: Perfeito. Obrigado,  
816 Conselheiro Gomes, pelo relato com bastante conteúdo técnico aí. Temos inscrito para o  
817 debate o Conselheiro Zago, Conselheiro Felisberto, Conselheira Sônia. Consulto, temos mais  
818 algum conselheiro que gostaria de fazer uso da palavra do debate? A gente, naturalmente, em  
819 função da nossa regra regimental, escreve-se por último conselheiro relator, para debater, que  
820 nesse caso é o Conselheiro Bins Ely, que daí pode fazer um eventual apanhado aí do processo  
821 das eventuais dúvidas que o pessoal levantar. Bom, é isso? Encerramos a inscrição para o  
822 debate e oportunizo a fala ao primeiro inscrito, Conselheiro Zago. **Antônio Carlos Zago (2º**  
823 **Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**: Então, o relato  
824 tanto do Paulo Bins Ely, quanto do Conselheiro Gomes, são com bastante conteúdo técnico,  
825 bem explícito. Muitas das coisas que eu queria falar o Conselheiro Gomes já relatou com  
826 bastante propriedade e bem completo. Mas eu só destaco uma coisa muito importante, que é a  
827 questão que a gente vê muito lá pela Zona Sul. Um lado da avenida o sistema intensivo, do  
828 outro lado, rarefeito. Então, fica assim, como que se só um lado da cidade pudesse ser  
829 atendido ou dessas vias pudesse ser atendido para o comércio e serviço. Essa proposta de  
830 trazer para o lado oposto onde já tem, onde há cidade já intensiva, trazer também a  
831 possibilidade de colocar comércio e serviço, eu acho que faz justiça a todo o contexto  
832 urbanístico. Eu acho que faz justiça a um bom planejamento urbano. E é uma coisa, Secretário,  
833 que acho que na revisão do Plano Diretor precisa ser muito bem vista, precisa ser trazido à  
834 discussão. Porque, imagina assim, se for botar o comércio e serviço só de um lado da avenida,  
835 essa via vai se espichar *ad aeternum*, enquanto que pode ser compensado tendo de ambos os  
836 lados. Então, eu sou plenamente favorável. Inclusive, eu li o processo, o empreendedor abriu  
837 mão de uma parte enorme da gleba para colocar mais conforto e um projeto mais qualificado  
838 ali para a zona. Então, esse é o meu comentário, eu sou favorável à aprovação do EVU.  
839 Obrigado. **Germano Bremm (Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**  
840 **Sustentabilidade – SMAMUS)**: Obrigado, Conselheiro Zago, por sua contribuição ao  
841 debate. Na sequência temos o Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular),**



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

842 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu queria, é mais perguntas, até para me  
843 posicionar sobre esse empreendimento, sobre esse Estudo de Viabilidade Urbanística. A  
844 primeira, o Gomes falou na cota de inundação ou de alargamento. Qual é a cota ali? Porque  
845 nós temos parte ali na Dorival de Oliveira, que a cota é 4,5. Então, eu gostaria que o Gomes  
846 pudesse falar ou o relator pudesse dizer qual é a cota de alargamento, tá? Por outro lado,  
847 quem transita ali já vê a dificuldade de mobilidade em determinado horário, tá? Então, se há  
848 um estudo do impacto na região. Porque a Edgar Schneider, ela liga a Juca Batista a Edgar  
849 Pires de Castro. Então, ela é uma via que, tanto tem trânsito por um lado como por outro. É  
850 mão dupla. Então, é uma zona que já oferece um trânsito, um certo volume de trânsito. Eu não  
851 sei se foi analisado isso. Confesso que eu não tive tempo de olhar o processo, mas por isso eu  
852 me inscrevi para o debate e esclarecimento. E, por fim, qual é a faixa desse empreendimento?  
853 E quem é o empreendedor? Porque até agora eu não vi. Eu confesso que nos dados que foram  
854 fornecidos, não está o nome do empreendedor, né? Então, é isso. Obrigado. **Luiz Antônio**  
855 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente,  
856 eu posso esclarecer algumas coisas ali ao Felisberto rapidamente. O Felisberto não prestou  
857 atenção no meu relato e nem no do Paulo, porque o empreendedor tá dito ali, interessado:  
858 Paula Olivia Graeff Beltrame. Segundo, eu falei e fui enfático. A cota, Felisberto, eu me  
859 preocupei disso, e eu sabia que tu ia te preocupar, porque tem todo aquele histórico lá  
860 embaixo que tu falaste aí de enchente. Tanto que eu estou propondo que a grana ali dessa  
861 recomposição seja colocada em desassoreamento ali, para beneficiar aquelas comunidades.  
862 Mas assim, olha, a folga que tem, Felisberto. Os níveis de inundação tu faz por tempo de  
863 recorrência, que eu falei aqui, que tu usa dois: um, previsão de 50 anos e outro previsão de 10  
864 anos. A previsão de 50 anos é 7,24 m a cota. Tá? E a previsão de 10 anos é 6,82. Certo? E o  
865 empreendimento tá trabalhando com a cota de 7,50. Ele padronizou como 7,50. Então, é bem  
866 tranquilo ali para o empreendimento. Tanto que agora, durante todo esse período de chuva que  
867 deu e eu tive lá, o que aconteceu? Gramado perfeito. A não ser a umidade que a gente vê em  
868 qualquer lugar por aí. Super tranquilo, né? E a gente tava preocupado, inclusive, como é que ia  
869 acontecer com o riacho lá e tal. Não por esse terreno. Eu fui lá até por outro motivo. Então,  
870 como eu estive ali perto e outras regiões ali e outros interesses que a gente estava com muito



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

871 medo de denúncias que a água estava batendo na casa de parceiros e tal. Então, eu fui lá mais  
872 de uma vez, não pelo terreno, passei na frente do terreno, uma vez eu cheguei só, dei uma  
873 espiada ali pela cerca, vi que tava tudo normal, porque eu tava preocupado mesmo com outras  
874 comunidades, em direção ali à Ponta Grossa. Passando tem um CTG logo ali na frente, que  
875 nós fazíamos distribuição de alimentos ali, de marmitas e outras coisas e tal, mas sempre  
876 preocupado. O terreno ali tá privilegiado em relação à cidade, até dá para se dizer. Eu acho  
877 que foi sintético, Felisberto. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente,**  
878 **Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Na sequência a  
879 gente tem a Conselheira Sônia, para fechar o Conselheiro Paulo. **Sônia Maria dos Santos**  
880 **Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Boa noite a todos. Eu só queria fazer uma  
881 breve complementação em relação à viabilidade. Primeiro, já o relato, tanto o relato principal,  
882 como o relato de vista foram muito esclarecedores, eu acho que foram bem, analisaram de uma  
883 forma muito completa todo o projeto apresentado. Eu queria comentar, nessa questão que o  
884 Gomes estava falando, que essa área, toda a área deles é fora daquela faixa que seria de  
885 alargamento do Arroio de 200 m, que é prevista no estudo do DMAE, do DEP. E ela tá fora  
886 dessa faixa. Então, de forma alguma, inclusive a área, mesmo condominial e de preservação do  
887 condomínio, nem atinge a faixa de 200 m, que seria de proteção para o possível alargamento  
888 daquela região. Então, isso é uma das coisas. A outra que eu queria comentar é que o tipo  
889 realmente de ocupação proposto, ele é muito condizente com aquela região. Bem como o  
890 Gomes colocou, ele poderia trazer um projeto bem mais impactante, bem mais compacto, bem  
891 diferenciado daquilo que tá proposto, mas não, é um condomínio de habitação unifamiliar. Eu  
892 não entendi bem a pergunta do Felisberto com relação à faixa, qual era a faixa ali. Eu não sei  
893 se tá te referindo a uma faixa, se seria projeto social. Não, não é, é um condomínio. Não é,  
894 pelo menos não foi encaminhado como Minha Casa Minha Vida, porque, senão, ele nem  
895 estaria na CAUGE. Eu não sei se foi esse o teu questionamento, Felisberto. E ainda eu gostaria  
896 de dizer, então, pelas características do projeto eu acho muito OK com a região. E eu só  
897 queria comentar, Gomes, que eu achei que no teu relato ficou um pouquinho misturado, aquela  
898 proposta de usar as mitigações do empreendimento e mesmo a questão do percentual, que  
899 seria de destinação pública para o desassoreamento do Arroio. Isso é uma proposta tua, né? A



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

900 viabilidade, ela não foi encaminhada assim, eu só queria esclarecer isso. O que ficou na  
901 viabilidade é que seria aplicado em serviços do entorno, a serem definidos depois pelas  
902 secretarias que normalmente indicam o serviço. Então, essa questão, essa proposta ela vem no  
903 teu relato, mas como uma proposta tua pessoal, né? Então, só para esclarecer essa questão, só  
904 para os demais conselheiros entenderem como foi encaminhada a própria viabilidade. Acredito  
905 que seja isso. Obrigada. **Germano Bremm (Secretário Municipal de Meio Ambiente,  
906 Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS):** Obrigado. Já lhe demos a palavra, Conselheiro  
907 Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um –  
908 RGP. 1:** Secretário, uma complementação à fala do Gomes. A explicação me satisfaz, porque,  
909 exatamente, tem um limite de alargamento ali de cotas. Até porque na Dorival ali tem 4,5 dos  
910 dois lados e tem uma parte que tem 6 ali, né? Então, não alarga numa parte e não alarga  
911 também na 4 a 4,5 ali perto da Dorival Castilho. Mas a minha pergunta é a faixa de  
912 alargamento. Ela não alcança os 200 m. É isso, Gomes? Porque há uma discussão, em certas  
913 parte é 250, em outra parte é 200, como é que tá definido? A definição é 200 m do arroio dos  
914 dois lados? É isso, essa é uma dúvida que ficou também. **Germano Bremm (Secretário  
915 Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS):** Tá bem.  
916 Obrigado, Conselheiro Felisberto. Conselheiro Gomes e aí Conselheiro Bins Ely. **Luiz  
917 Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**  
918 Não, se trata essa faixa, Felisberto, do Parque Natural do Salso, que define 200 m livre para os  
919 dois lados. Tá? E vai para a frente. E ali, o empreendimento fica na parte mais próxima, 220 m,  
920 e na parte mais longe ele chega a 323 m. E as cotas de alargamento é isso, Felisberto. Tu que  
921 tem essa noção assim dos 4,5 ali debaixo, eles estão trabalhando numa cota de 7,5 m. Tá?  
922 Então, tá bem privilegiado. Inclusive, facilita toda essa nova conceituação que a gente tá  
923 absorvendo e tá aprendendo aqui, dos efeitos esponja e coisas do gênero, uma série de  
924 previsões que nós vamos ter que começar a botar no nosso linguajar aqui de preservação de  
925 enchentes e coisas do gênero. Certo, Presidente? Obrigado. **Germano Bremm (Secretário  
926 Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS):** Tá bem. Isso  
927 aí. Obrigado, Conselheiro Gomes. Conselheiro Paulo para encerrar e a gente coloca em  
928 votação. **Paulo Bins Ely (Titular), CRECI:** Boa noite, Conselheiros. Boa noite, Presidente.



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

929 De fato, esse EVU está, como disse a Conselheira Sônia, muito de acordo ali com o  
930 desenvolvimento da região. E essa simetria, que é proposta, com o regime urbanístico de um  
931 lado da Juca Batista, de um lado e de outro da Juca Batista, vão receber o mesmo regime  
932 urbanístico, a mesma coisa pela Rua do Schneider, já tem consolidada ali uma ocupação, um  
933 regime urbanístico, e nessa área não tinha. E assim haverá uma simetria desejável, a meu ver,  
934 para o desenvolvimento urbano ali daquela região. E, realmente, foi uma das preocupações que  
935 me surgiu também com relação a essa questão da inundação, que hoje em dia tudo se passa por  
936 isso. Quer dizer, esse empreendimento, como ele está a salvo, acima disso, ele está protegido,  
937 é um empreendimento que já vem sendo feito antes mesmo dessa tragédia que aconteceu, vem  
938 sendo feito, vem sendo projetado, pensado, analisado, ponderado pelos diversos  
939 departamentos da Prefeitura, tecnicamente também e tem sido contemplado. E se consolidou,  
940 digamos assim, o projeto, esse EVU final da maneira como está idealizado, claro que vai ter  
941 etapas de aprovação agora detalhadas, mas ele está, mesmo antes da enchente, ele está  
942 contemplando e protegido da enchente. Então, eu vejo tudo favorável. Eu acho que deveria ser  
943 feito, não digo com urgência, mas que consigam empreender isso aí, fazer essa obra de uma  
944 maneira célere para que eventualmente pessoas que foram atingidas em outras regiões, tenham  
945 outras oportunidades para vir morar em uma região protegida de inundações. Esse é o meu  
946 parecer. Estou favorável ao empreendimento. **Germano Bremm (Secretário Municipal de**  
947 **Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS):** Tá bem. Obrigado,  
948 Conselheiro Paulo. Evoluímos, então, avançando aqui quase na hora, à votação. Rapidamente  
949 fazer a leitura. Iniciando com a conselheira representante do DEMHAB, Conselheira Denise.  
950 Como vota? Favorável ou contrário ao parecer? **EM REGIME DE VOTAÇÃO: Denise**  
951 **Pacheco Till Campos (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:**  
952 Favorável ao parecer do relator. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa**  
953 **Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Sônia Castro (Titular), Gabinete**  
954 **do Prefeito – GP:** Favorável ao parecer. **Ivan José da Silva (Titular), Fundação Estadual**  
955 **de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Favorável, Presidente.  
956 **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (2ª Suplente), Secretaria de Municipal de Meio**  
957 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável ao parecer. **Fernanda**



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

958 **Brito da Silveira (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e**  
959 **Turismo – SMDDET:** Acompanho o relator, favorável. **Glauber Douglas do Nascimento**  
960 **Mello (Titular), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Favorável,  
961 Presidente. **Rafael Lorscheitter (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul –**  
962 **UFRGS:** Favorável ao parecer. **Jussara Kalil Pires (Titular), Associação Brasileira de**  
963 **Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Contrária. **Fernando Campos Costa**  
964 **(Titular), Amigos da Terra:** Favorável. **Fernando Campos Costa (Titular), Amigos da**  
965 **Terra:** Eu vou me abster. **Ricardo Vellinho Ruschel (Titular), Associação Rio-grandense**  
966 **dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Favorável. **Paulo Bins Ely (Titular), Conselho**  
967 **Regional de Corretores de Imóveis – CRECI:** (Relator – favorável). **Diogo Ferreira**  
968 **Schiaffino (Titular), Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul –**  
969 **SERGS:** Favorável ao relator, Presidente. **Jorge Larre Lopes (Titular), Sindicato dos**  
970 **Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil – STICC:** Favorável. **Ana Cláudia**  
971 **Narvaez Bestetti (Titular), Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre – CDL POA:**  
972 Favorável ao parecer do relator. **Antonio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias**  
973 **da Construção Civil – Sinduscon:** Favorável. **Daniela Beling Pinheiro (Titular), Ordem**  
974 **dos Advogados do Brasil – OAB/RS:** Favorável. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região**  
975 **de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Abstenção. **Vanessa Silva Gomes (Titular),**  
976 **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Favorável, Presidente. **Jackson**  
977 **Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três –**  
978 **RGP. 3:** Eu acompanho o relator, favorável. **Paulo Eduardo Francisco Gadea (Titular),**  
979 **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Favorável. **Wagner Pereira dos**  
980 **Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Favorável. **Luiz**  
981 **Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**  
982 (Relato de vista favorável). **Cacilda Correa S. Chaves (1ª Suplente), Região de Gestão de**  
983 **Planejamento Sete – RGP. 7:** Favorável. **Germano Bremm (Secretário Municipal de**  
984 **Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS):** Conselheiro Emerson não.  
985 Temos 22 votos favoráveis. Nenhum voto contrário e 02 quatro abstenções. Nesse sentido,  
986 **APROVADO O ITEM 4.4 DA NOSSA PAUTA.** Senhores Conselheiros, agradeço a



**Prefeitura de  
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

987 oportunidade do convívio. Encerramos aqui para o final da nossa reunião. Já são 20h07min.  
988 Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**  
989 **Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, desculpe, eu sei que tá adiantada a hora, mas eu  
990 gostaria de fazer uma observação, que a gente pudesse ter a apresentação do que o Prefeito  
991 apresentou no Tecnopuc aqui neste Conselho. Acho que é o mínimo para que a gente possa  
992 debater tudo aquilo que foi apresentado e também os estudos que foram feitos, para que a  
993 gente possa compartilhar e reconstruir e regenerar nossa cidade. E, por outro lado, a questão é  
994 verificar a presença da RGP 8, que já é a segunda reunião que ele não comparece. Não temos  
995 Conselheiro da RGP 8. Então é importante fazer o levantamento, porque é uma região que tá  
996 completamente sem nenhuma participação no Conselho. E exatamente tem Belém Novo, Ponta  
997 Grossa. Então, regiões que precisam ter o seu cuidado. Era isso. Obrigado. **Germano Bremm**  
998 **(Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS):**  
999 Tá bem. Obrigado, Conselheiro Felisberto, pela contribuição. Vamos sim marcar essa agenda  
1000 extraordinária. A gente ainda tá muito envolvido aqui com os trabalhos, mas eu para não,  
1001 vamos dizer assim, desonerar aqui da pauta, da necessidade que a gente tem de evoluir, de  
1002 fazer uma reunião específica para a gente falar da reconstrução, detalhar um pouquinho esse  
1003 projeto, vai ser um prazer. Um grande abraço, Conselheiros. Uma excelente noite a todos. Até  
1004 mais. Tchau, tchau. Obrigado.

1005 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de  
1006 Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h10min, da qual foi lavrada a presente ata por  
1007 mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção  
1008 de veracidade.